

O Que é Desenvolvimento?

What is Development?

Diego Maciel de Oliveira^{ab*}; Júlia Elisabete Barden^c

^aFaculdade Pitágoras de Imperatriz, Curso de Administração, MA, Brasil

^bUniversidade Estadual do Maranhão, Centro de Estudos Superiores de Açailândia, MA, Brasil

^cCentro Universitário Univates, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, RS, Brasil

*E-mail: diego@oxigenio.co

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o que é desenvolvimento. O texto está dividido em duas partes; na primeira foi feita uma revisão bibliográfica acerca da evolução das concepções de desenvolvimento, desde os economistas clássicos até a década de 90 com a Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH) difundida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na segunda, faz-se uma aplicação desta abordagem analisando como o saneamento priva de liberdade as famílias da Vila João Castelo, município de Imperatriz - MA. Analisar a problemática sanitária do bairro proporcionou maior conhecimento da realidade local, sobretudo no entendimento de como a falta, ou a presença, de saneamento interfere nas liberdades das pessoas e como esta dimensão se relaciona com as demais. Conclui-se que ao considerar a natureza multidimensional da vida humana, a ADH representa um avanço na forma de reconhecer o quanto um grupo é ou não desenvolvido, pois ela o faz não apenas pela métrica da produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Abordagem das Capacitações. Desenvolvimento Humano.

Abstract

The purpose of this article is to discuss what development is. The text is divided into two parts; the first was a bibliographic review about the evolution of the conceptions of development, from the classical economists until the 90s with the Human Development Approach (HDA) spread by the United Nations (UN). The second part investigated how sanitation deprives the family's freedom in Vila João Castelo, Imperatriz-MA. The analysis of the sanitary problems of the neighborhood provided a greater knowledge of local reality, especially in understanding how the lack or presence of sanitation interferes in the freedoms of individuals. It is concluded that the ADH represents a breakthrough to recognize the development of a group.

Keyword: Development. Capability Approach. Human Development.

1 Introdução

Quando começamos a estudar Economia aprendemos que ela surgiu enquanto ciência com um objetivo: estudar a alocação dos recursos escassos. Este objetivo parte da premissa de que o homem tem necessidades ilimitadas, mas os recursos disponíveis são escassos, por isso ele enfrenta situações de *tradeoffs*, pois, diante das opções a ele disponíveis, precisa fazer escolhas conflitantes, sempre abrindo mão de algo quando as fizer.

Costumeiramente se diz que a função da Economia é estudar como melhorar a vida das pessoas. A propósito, existe um campo de estudo específico para isso: a economia do bem-estar, que segundo Mankiw (2010) é o estudo de como a alocação dos recursos afeta o bem-estar econômico. Estudar como melhorar a vida das pessoas é o primeiro passo para construir um mundo melhor, por isso o desenvolvimento dos países é um debate frequente nas aulas.

Mas aí nos deparamos com uma pergunta: o que é uma vida melhor? Para muitos, a vida é boa quando se tem dinheiro, aliás, durante muitos anos esse pensamento puramente monetário

predominou nas academias. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, com a preocupação dos países em se reestruturar economicamente, os economistas começaram a entender que uma medida justa de bem-estar não poderia ser feita sem levar em conta sua natureza multidimensional, considerando além da renda, outros fatores que pudessem contribuir para sua aferição. Amartya Sen é um deles.

O professor Sen foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998 por causa dos seus estudos sobre bem-estar, pobreza e igualdade. Em seus textos entendemos que existe algo muito além do dinheiro. Sua análise sobre o desenvolvimento ultrapassou as fronteiras da produção e da renda e chegou às liberdades das pessoas. Não que produzir e consumir sejam algo nocivo, de maneira alguma, afinal o homem necessita dos mais variados bens para sobreviver, mas o bem-estar de uma sociedade vai além da produção e do consumo: Não adianta ter renda se a pessoa é privada de liberdade.

O objetivo deste artigo é discutir o que é desenvolvimento. Basicamente o texto está dividido em duas partes, na primeira

é feita uma revisão bibliográfica acerca da evolução das concepções de desenvolvimento, partindo dos economistas clássicos até a Abordagem do Desenvolvimento Humano - ADH difundida pela Organização das Nações Unidas - ONU a partir da década de 90. Na segunda, faz-se uma aplicação desta abordagem em um caso concreto, apresentando alguns dos resultados obtidos em um estudo de caso realizado pelos autores em 2013 no município de Imperatriz – MA, que teve como objetivo analisar como a falta de saneamento básico priva a vida das pessoas e como essas privações afetam suas liberdades.

2 Material e Métodos

Além do estudo bibliográfico, a pesquisa teve como método de abordagem ao problema o método dedutivo, pois a natureza do trabalho não permite generalizar seu resultado (GIL, 2002). Quanto ao tipo de pesquisa, com base no objetivo geral proposto, trata-se de um estudo exploratório (CRUZ; RIBEIRO, 2004; GIL, 2002). Classificando-a em relação aos procedimentos técnicos, é um estudo de caso e pesquisa de campo. Esta pesquisa teve natureza qualitativa.

O estudo foi realizado na Vila João Castelo, bairro localizado na região da Grande Cafeteira. O bairro está localizado na periferia da cidade, distante do Centro cerca de 7 km. Foram escolhidas 11 famílias para a realização do estudo. Todo o bairro tem problemas de infraestrutura sanitária, porém a área escolhida tem alagamentos em épocas de chuva e há uma problemática em relação à obra de saneamento feita pela prefeitura, pois a implantação de sistema de drenagem, tanto pluvial como do esgoto, foi feita parcialmente, gerando ainda mais problemas aos moradores.

As famílias foram escolhidas adotando-se o critério da intencionalidade. A técnica de entrevista foi utilizada por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual o objetivo não contemplava a generalização dos resultados, mas compreender a realidade das famílias. As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2013 nas residências dos entrevistados durante o período diurno. Dado a natureza qualitativa da pesquisa decidiu-se por utilizar o método da Análise de Conteúdo na análise dos dados. Foi escolhido o tipo de análise categorial (BARDIN, 2009).

O projeto desta pesquisa foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVATES (COEP/UNIVATES) recebendo parecer favorável nº 414.691 no dia 03/10/2013.

3 Resultados e Discussão

3.1 O que mudou no conceito de desenvolvimento ao longo dos tempos?

Petty (1676 *apud* SEN, 1988, p.10) escreveu sobre o conceito de desenvolvimento como um dos pioneiros

no estudo do tema: “A França cresce rápido demais”. Prosseguindo, o autor afirmou que “[...] era certamente uma parte das primeiras discussões sobre o desenvolvimento da economia”. Petty é considerado um dos fundadores da economia moderna e o pioneiro da economia quantitativa.

Gennari e Oliveira (2009) salientam que a discussão sobre os problemas do crescimento e do desenvolvimento está presente nas obras dos fundadores da economia clássica. Diversos autores abordaram esse tema, tais como Adam Smith no livro “An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations”, David Ricardo na obra “Principles of political economy and taxation”, John Stuart Mill em “Principles of political economy” e Karl Marx em “Das Kapital”. Após um período sem contribuições a este campo de estudo¹, Schumpeter resgatou o tema, que depois foi tratado por Nurkse, Lewis, Shultz, Kuznets, Rostow, Hirschmann, Prebisch e Keynes (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

A preocupação maior com o crescimento e desenvolvimento econômico tem seu marco com o surgimento do capitalismo, uma vez que antes deste acontecimento pode-se considerar como estagnados os estágios das sociedades e as variações na economia eram pequenas ao longo dos anos (MILONE, 2004). De acordo com Oliveira (2002) após a Segunda Grande Guerra, os debates foram acirrados, surgindo diversas contribuições a respeito do desenvolvimento dos países dada a preocupação com a reestruturação econômica destes.

Sobre um consenso em relação ao que consiste em desenvolvimento, Scatolin 1989 (*apud* OLIVEIRA, 2002, p.3) observa que:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Quando Adam Smith publicou sua obra em 1776, o desenvolvimento econômico foi apresentado como constituído por diferentes elementos: divisão do trabalho, acúmulo de capital, incremento da produtividade, incremento da produção nacional, incremento da reserva de salários, salários mais altos e incremento da riqueza da nação. A riqueza de uma nação era relacionada ao crescimento da produção nacional, que aumentava o número de bens disponíveis para o consumo (BRUE, 2011). Em 1911, quando Schumpeter publicou a obra “The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit interest and the business cycle”, outra concepção para o desenvolvimento foi apresentada. De acordo com o autor, “entenderemos por

¹ Estes autores afirmam que os economistas marginalistas e neoclássicos não acrescentaram nenhuma contribuição a esse campo de estudo após os clássicos.

‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhes foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa” (SCHUMPETER, 1997, p.74). Schumpeter se referia à quebra no fluxo circular² que só poderia ser feita pela inovação.

Milone (2004) considera o desenvolvimento econômico como aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais e, para que haja desenvolvimento, é necessário crescimento. Para o autor é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade e é um conceito normativo em que diferentes pessoas de uma mesma sociedade podem medi-lo.

Segundo Fonseca (2006, p.14),

O desenvolvimento econômico consiste fundamentalmente em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infraestrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica. Evidentemente, o fenômeno do desenvolvimento não se limita ao campo da Economia, mas os elementos econômicos estão no centro desse processo.

Brue (2011) apresentou alguns motivos para a grande expansão do conhecimento sobre crescimento e desenvolvimento que, segundo ele, ocorreu principalmente após 1945:

1. Alta variação do crescimento econômico entre as nações;
2. Países industrialmente desenvolvidos superaram recessões econômicas através de políticas de estabilização e mercados mais flexíveis;
3. A maioria dos países pobres é politicamente livre e buscam estratégias de promoção do crescimento e desenvolvimento;
4. A queda do socialismo marxista na Europa e na União Soviética chamou muito a atenção sobre essas regiões;
5. Por fim, o aumento no padrão de vida em países em desenvolvimento passou a ser importante para as nações industrialmente desenvolvidas em termos de comércio.

Com o passar do tempo a questão ambiental foi inserida

no contexto do desenvolvimento. O processo de produção e consumo deveria necessariamente considerar seus impactos no meio ambiente. Até a década de 60 os modelos econômicos não davam atenção necessária aos aspectos ecológicos, e as projeções catastróficas acerca da finitude dos recursos naturais eram a evidência. A partir disso, na década de 1970, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável sob o nome de ecodesenvolvimento. Este surgimento ocorreu em um contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente. O relatório do Clube de Roma, publicado à época, pregou o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental (ROMEIRO; REYDON; LEONARDI, 2003).

Até os anos 60, o viés monetário esteve presente no conceito de desenvolvimento, porém no final desta década, as teorias começaram a demonstrar que com a análise quantitativa, era possível mensurar a produção, e não as condições de vida das pessoas (MARQUES, 2006). Sobretudo, a partir da Segunda Guerra, estes modelos puramente econômicos³ começaram a se mostrar falhos ao não considerar as muitas dimensões da vida humana. Houve a desagregação dos termos “crescimento” e “desenvolvimento”. Crescimento passou a ser descrito como aumento do produto interno bruto - PIB ao longo de um período de tempo e desenvolvimento como uma medida de riqueza que vai além do caráter quantitativo, e a noção de desenvolvimento passou a incorporar novos elementos, se tornando uma concepção multidimensional e o “humano” foi incorporado ao debate.

Como afirma Oliveira (2002, p.39), “os economistas veem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais”. Neste sentido, a definição de Milone (2004) apresenta uma ampliação no conceito, pois segundo ele, desenvolvimento é a criação de condições para a realização da personalidade humana e deve considerar a pobreza, o desemprego e as desigualdades.

3.2 Uma nova forma de pensar desenvolvimento: o ser humano

Em meio a esta mudança de pensamento sobre o desenvolvimento, surge a ADH, uma aplicação da

2 Sobre o fluxo circular, Costa (2006) lembra que na TDE - teoria do desenvolvimento econômico, para se aproximar do movimento da economia capitalista, Schumpeter lança mão de artifício de análise, procedimento esse já presente em outros autores: trata-se do mecanismo do fluxo circular. A ideia de criar uma imagem mental, um tipo de protótipo de sistema econômico a partir do qual vai se aprofundando o conhecimento, foi usada anteriormente por Adam Smith e Karl Marx na economia do fluxo circular. Segundo Schumpeter (1997), a vida econômica transcorre monotonamente, em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período. Isso, contudo, não significa concluir que inexistia crescimento econômico. Os agentes econômicos apegam-se ao estabelecido, e as adaptações às mudanças ocorrem em ambiente familiar e de trajetória previsível. Nessas circunstâncias, mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores. Contudo, esses tipos de inovações, que são originadas no próprio sistema, quando introduzidas na atividade econômica, produzem mudanças qualitativamente diferentes das alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular.

3 Não é interessante aqui discutir as particularidades de cada modelo, porém é salutar apresentar as explicações de Sandroni (1999, p.403) sobre modelos econômicos: “Construções abstratas de natureza matemática utilizadas para explicar ou controlar determinado aspecto da realidade econômica. Os modelos econômicos buscam captar a essência de uma estrutura determinada, suas relações internas, sua evolução, os fatores que determinam as mudanças e os caminhos a ser (*sic*) adotados para manter-se o equilíbrio do sistema produtivo. Podem englobar pequenas realidades econômicas (empresas isoladas, economias familiares) ou então o conjunto das relações econômicas de uma sociedade”.

Abordagem das Capacitações - AC, de Amartya Sen. Na AC o desenvolvimento passa a ser analisado à luz das várias dimensões que afetam a vida humana. Desenvolvimento significa proporcionar meios para que as pessoas tenham liberdades, e a pobreza denota privações de liberdades, não necessariamente falta de renda.

A noção de DH carrega em si a perspectiva humanística de que qualquer forma de avaliação do nível de desenvolvimento de uma nação deve levar em conta as pessoas, isto é, aquilo que elas são e o que querem ser. O homem é o centro do processo e o desenvolvimento humano é o desenvolvimento pelo povo, do povo e para o povo (ALKIRE, 2010), o que para Streeten (1995) é uma visão fundamental que foi obscurecida por décadas.

Esta nova forma de reconhecer o desenvolvimento dos países foi difundida no mundo em 1990, quando o PNUD publicou o Relatório do Desenvolvimento Humano - RDH. Já no início do primeiro relatório consta a afirmação que desenvolvimento humano é um processo de ampliação das escolhas humanas (UNDP, 1990) refletia a mudança no pensamento relacionado ao conceito de desenvolvimento. Essa forma não levaria mais em conta apenas indicadores monetários como o PIB, mas indicadores de saúde, educação e outros. Segundo o PNUD (2013),

o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidade⁴ e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD.

O termo DH foi cunhado pelo economista Mahbub ul Haq⁵ e tem suas origens na publicação do RDH produzido a partir da década de 1990 pelo PNUD. Nas palavras do próprio ul Haq, o objetivo era alterar o foco da economia do desenvolvimento da contabilidade da renda nacional, para políticas centradas em pessoas (FUKUDA-PARR, 2003). Segundo o PNUD (2010), ul Haq convenceu a instituição

a publicar um relatório que constituísse uma alternativa à concentração do PIB, como medida de desenvolvimento. Inicialmente o relatório causou controvérsias e alguns países ameaçaram boicotá-lo, porém a ONU insistiu e desde então todos os anos ele é editado.

O primeiro relatório apresentou o entendimento de que as pessoas precisam ter o direito de escolher aquilo que elas valorizam. Elas devem ter acesso aos recursos básicos de modo a terem um padrão de vida que lhes garanta uma vida longa e saudável, não apenas necessidades alimentares ou boa saúde, mas escolhas adicionais como liberdade política, garantia dos direitos humanos e respeito próprio. O foco central do relatório era a liberdade como fundamento para o desenvolvimento.

Desde o início, dentre os objetivos do RDH, consta divulgar anualmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países. Este índice foi criado a partir dos estudos de Amartya Sen e outro economista, Mahbub ul Haq, com a proposta de capturar as diferentes dimensões da vida das pessoas. O relatório apresenta a cada ano o ranking de DH, sendo estes divididos em quatro grupos: muito alto, alto, médio e baixo. O cálculo do índice é realizado considerando três dimensões: saúde, educação e renda. Este novo indicador proporcionou uma melhor comparação entre os países, tendo em vista que se passou a adotar um método único de comparação (PNUD, 2010).

Quando o IDH completou 20 anos, o PNUD reafirmou a preocupação do DH com a liberdade, tanto nas escolhas humanas como nos processos participativos, ou seja, as liberdades de processo que envolvem as práticas democráticas como a liberdade de expressão.

Por que o DH? Streeten (1995) explica que os seres humanos são fins em si mesmos e meios de produção e apresenta seis razões para a promoção do DH:

1. O DH é um fim em si mesmo;
2. É um meio de aumentar a produtividade;
3. Reduz o crescimento populacional (impactando positivamente nos indicadores de mortalidade infantil);
4. Faz bem para o ambiente (a redução da pobreza diminui a degradação ambiental. Isto está ligado ao crescimento populacional e a pressão exercida sobre recursos ambientais);
5. Contribui para uma sociedade civil saudável, democrática e com maior estabilidade social;
6. Tem um apelo político, por isso pode aumentar a estabilidade política.

4 Importa observar que os termos capacidades, capacitações, funcionamentos, entitamentos, entre outros, são traduzidos da versão original, em Inglês, e nem sempre as traduções conseguem capturar a essência da palavra, como bem alerta Bagolin (2005) capability significa a confluência de capacity+ability. Expressa a habilidade que os indivíduos possuem para expandirem suas capacidades. No Brasil, deve-se notar que na versão em português do livro de Sen (2000) Desenvolvimento como liberdade, 'capability' foi traduzida como 'capacidade'. O problema com essa tradução é que ela ignora o elemento de autonomia, de agência, que aparece com o uso da expressão 'habilidade' que os indivíduos possuem em moldar e escolher as suas próprias capacidades. Com isso perde-se a dimensão de desenvolvimento humano associada à Abordagem das Capacitações.

5 Foi ministro da fazenda do Paquistão e diretor de planejamento de políticas do Banco Mundial.

Para Alkire (2010) o DH tem três componentes: capacitações (*capabilities*), liberdade processual⁶ (*process freedoms*) e princípios de justiça (*principles of justice*). O primeiro diz respeito à capacidade de uma pessoa em alcançar aquilo que elas valorizam, também chamada de liberdade de oportunidade (*opportunity freedom*) que se refere à capacidade que a pessoa tem para alcançar alguma coisa naquele momento. O segundo relaciona-se com o empoderamento e a prática democrática, isto é, os seres humanos não podem ser apenas beneficiários do desenvolvimento, eles são também agentes. Por fim, o

último componente tem a ver com o avanço das liberdades das pessoas dentro de suas restrições, incluindo recursos, tempo, informação, entre outras, e usa vários princípios para definir prioridades e descartar rumos indesejáveis de determinadas ações⁷.

Alkire e Deneulin (2009) citam quatro princípios identificados por Mahbub ul Haq que têm sido usados na aplicação do DH, que são: equidade, eficiência, participação e sustentabilidade (Quadro 01). É importante destacar que estes quatro princípios não são os únicos, todavia representam um entendimento geral da ADH.

Quadro 1: Os quatro princípios do DH

Equidade	Baseia-se no conceito de justiça e imparcialidade. Incorpora uma consideração para a justiça distributiva entre os grupos. No Desenvolvimento Humano buscamos a equidade no espaço das liberdades das pessoas para viver vidas valiosas. A equidade chama atenção para aqueles que têm oportunidades desiguais devido a várias desvantagens e que podem exigir tratamento preferencial ou ação afirmativa.
Eficiência	Refere-se à utilização ótima dos recursos existentes. A partir da perspectiva do Desenvolvimento Humano, a eficiência é definida como o método de alcance dos objetivos de menor custo através do uso ótimo dos recursos humanos, materiais, ambientais e institucionais para expandir as capacitações de indivíduos e comunidades. É necessário demonstrar que a intervenção escolhida oferece o maior impacto em termos de oportunidade das pessoas.
Participação e empoderamento	Diz respeito aos processos em que as pessoas agem como agentes, individualmente e em grupos, a liberdade de tomar decisões em assuntos que afetam suas vidas e a liberdade de influenciar o desenvolvimento em suas comunidades. Este princípio implica que as pessoas precisam estar envolvidas em todas as fases, não apenas como beneficiários, mas como agentes que são capazes de perseguir e realizar objetivos que elas valorizam e têm razão para valorizar.
Sustentabilidade	Refere-se à promoção do desenvolvimento humano de tal forma que os resultados do progresso em todas as esferas (social, política e financeira) perduram ao longo do tempo. A sustentabilidade ambiental implica a obtenção de resultados do desenvolvimento sem comprometer os recursos naturais e a biodiversidade da região e sem afetar a base de recursos para as gerações futuras. A sustentabilidade financeira refere-se à forma em que o desenvolvimento é financiado sem penalizar as gerações futuras ou a estabilidade econômica. A liberdade cultural e respeito pela diversidade também são valores importantes que podem contribuir para o desenvolvimento socialmente sustentável.

Fonte: Adaptação de Alkire e Deneulin (2009).

Na explicação apresentada por Marques (2006), é possível perceber estes princípios e componentes citados acima. Para o autor o desenvolvimento humano, conceitualmente, engloba o processo de alargamento das escolhas pessoais e o nível de satisfação alcançada, enfatizando os indivíduos como promotores e beneficiários do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico deve ter como objetivo criar o ambiente propício para as pessoas desfrutarem de vida longa, saudável e criativa. Assim, os elementos da condição humana considerados críticos para proporcionar tal ambiente referem-se à condição de vida longa e saudável, acesso à educação e padrão de vida decente.

Com base nessa noção elementar de vida e condição humana distingue-se a dicotomia: a capacitação humana, que inclui a saúde e a educação e; o uso que os indivíduos fazem das capacidades adquiridas, para o trabalho ou para o lazer.

Em cada RDH, a ADH é dirigida a um tema específico (como exemplo, desenvolvimento sustentável em 1994, igualdade de gêneros em 1995 ou democracia em 2002)⁸. Esse caráter multidimensional que a ADH assume na avaliação do desenvolvimento é uma característica fundamental que a difere de outras abordagens. Alkire (2010) apresenta 25 dimensões mencionadas nos RDHs entre 1990 e 2009 (Quadro 2).

6 O termo *process freedoms* aqui traduzido como liberdade processual por falta de um correspondente mais próximo no português. Refere à liberdade que as pessoas têm de participar do próprio processo de desenvolvimento.

7 No RDH 2010 são apresentados três componentes do Desenvolvimento Humano um pouco diferentes destes, mas que remetem à mesma ideia: 1) Bem-estar: expansão das liberdades para que as pessoas possam prosperar; 2) Capacitação e agência: habilitação das pessoas e grupos para que ajam para gerar resultados valiosos; 3) Justiça: expansão da equidade, sustentação dos resultados ao longo do tempo e respeito pelos direitos humanos e por outros objetivos da sociedade.

8 Para isso ver Alkire (2010) que faz uma análise mais detalhada sobre como o desenvolvimento humano foi apresentado nos RDHs do PNUD entre 1999 e 2009.

Quadro 2: Dimensões mencionadas nos diferentes RDHs de 1990 a 2009

Dimensão	Ano
Vida longa e saudável	1990 a 2009
Conhecimento	1990 a 2009
Recursos para um padrão de vida digno	1990 a 2009
Liberdade política	1990,1991, 1997, 2004, 2009
Garantia de direitos humanos	1990, 1995, 1997, 1990, 2000
Respeito próprio	1990, 1995, 1997, 1990, 2000
Bom ambiente físico	1991, 1992, 1994
Liberdade de ação e expressão	1992
Participação	1993, 1994, 2002
Segurança humana	1994, 1996
Liberdades políticas, sociais e econômicas	1995, 1997, 1998, 1999
Ser criativo	1995, 1997, 1998, 1999, 2000
Ser produtivo	1995, 1997, 1998, 1999, 2000
Liberdade	1996, 1997
Democracia	1996
Dignidade e respeito dos outros	1997
Empoderamento	1998, 2000
Um sentimento de pertencimento a uma comunidade	1998, 1999, 2000
Segurança	2000, 2009
Sustentabilidade	2000
Usufruir de liberdades política e civil para participar na vida de sua comunidade	2003
Liberdade cultural	2004
Participação social e política	2005
Direitos civis e políticos	2007

Fonte: Adaptação de Alkire (2010, p.9).

Fazendo uma síntese do que já foi abordado nos RDHs a autora propõe as dimensões que podem ser analisadas à luz da ADH: Saúde e vida, Educação, Padrão de vida digno, Liberdade política e liberdade processual, Criatividade e produtividade, Ambiente, Social e relacional, Cultura e artes.

3.3 O produto e a renda não são tudo. As pessoas... essas sim, são!

Como visto até agora, estudar o desenvolvimento é analisar como a vida das pessoas pode ser melhorada, por isso deve-se considerar as várias dimensões da vida. Oportunizar às pessoas apenas a renda não é suficiente. Para que o desenvolvimento aconteça, é necessário remover as privações. Isso significa que as capacitações e funcionamentos devem ser ampliados.

Funcionamento (*functionings*) é definido por Sen (2010, p.104) como “as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter”. Eles podem ser básicos, como ter uma boa nutrição, estar em boa saúde, livre de doenças evitáveis e da morte prematura, ou ser feliz, que é mais complexo. Alkire e Deneulin (2009) afirmam que funcionamentos não são limitados, por isso a AC pode ser aplicada tanto aos ricos como aos pobres. As autoras mencionam que funcionamento pode ser desde fazer um virtuoso solo de bateria a ter boa reputação ou um bom círculo de amigos. Qualquer

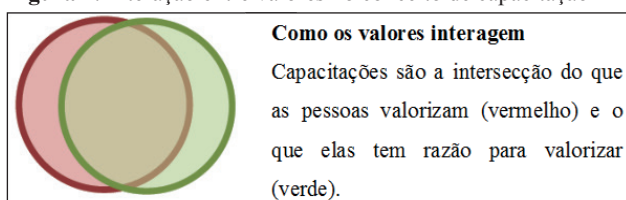
funcionamento reflete, de certo modo, parte do estado da pessoa (MACANA, 2008).

Relacionado ao conceito de funcionamento está o conceito de capacitação (*capability*): as combinações de funcionamentos que uma pessoa pode realizar. Sen (2010) afirma que a capacitação é um tipo de liberdade, a liberdade real. Estes dois conceitos não se contradizem. Enquanto o funcionamento é aquilo que a pessoa realizou, a capacitação é a liberdade para realizar, ou seja, funcionamentos realizados se relacionam com a realização do bem-estar e as capacitações são a liberdade para realizar bem-estar. A capacitação representa as várias combinações de funcionamentos que uma pessoa pode realizar e reflete a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro. A liberdade que uma pessoa tem para o bem-estar é a capacidade para realizar funcionamentos (SEN, 2010, 2012). O conjunto capacitório (*capability set*) é a representação do grau de liberdade para escolher a combinação de funcionamentos (MACANA, 2008).

Alkire (2010) faz quatro observações importantes sobre o espaço dos funcionamentos e capacitações. Primeira, se capacitação significa liberdade real, esta não pode ficar apenas no papel (*paper freedom*). Por exemplo, a capacitação “desfrutar de saúde” requer que exista a estrutura de saúde (posto, médico, remédios...) e que o atendimento ao paciente

não seja negado de forma alguma. Segunda, funcionamentos são seres e fazeres (*beings and doings*) que podem variar e não se restringem ao que é básico. Terceira, são seres e fazeres que as pessoas valorizam, assim, o desenvolvimento não pode ser imposto sem respeitar os valores e preferências das pessoas, portanto, se as pessoas não valorizaram o resultado, não houve desenvolvimento. Finalmente, a quarta observação é que nem tudo o que se valoriza vai ser de fato alcançado, pois existem pessoas/grupos que valorizam coisas socialmente destrutivas (excluir pessoas, violência, dominação), por isso, deve-se abrir espaço para diálogos sobre o que é valioso para a sociedade. A Figura abaixo, proposta por Alkire (2010), apresenta essa relação entre o que a pessoa valoriza e o que ela tem razão para valorizar.

Figura 1: Interação entre valores no conceito de capacitação



Fonte: Alkire (2010, p.25).

Sen (2010, 2012) afirma que é importante não apenas ver o que as pessoas realizaram, mas a liberdade que elas têm para realizar. Para Macana (2008, p.72) “é importante destacar que se uma pessoa não conta com alternativas de escolha, seu bem-estar está sendo limitado ainda que a realização de funcionamentos seja considerada boa”. Sen (2012, p.82) atribui importância à escolha que as pessoas fazem. Para ele escolher por si só pode tornar a vida de uma pessoa mais rica. “Decidir e escolher também são partes do viver”. Por isso na AC a avaliação social pode ser feita tanto ao nível de funcionamentos como de capacitações.

3.4 O caso da Vila João Castelo

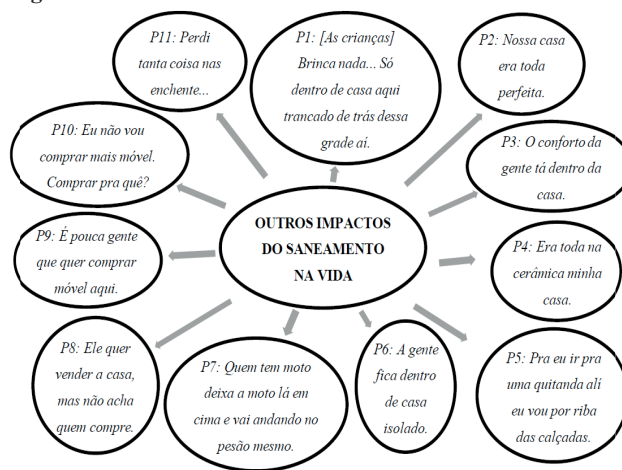
O bairro surgiu em 1991 quando um grupo de populares invadiu uma quinta de gado particular. A área foi sendo povoada desordenadamente por famílias que moravam em outros bairros e também em outras cidades. No início do bairro existiam açudes para o gado. Os moradores foram chegando e aterrando a área para construir. Atualmente, parte dele fica em área alagada e carente de infraestrutura, portanto o estudo teve como foco famílias que residem nesta área.

Esse represamento de água provoca uma série de problemas para os moradores. As casas frequentemente ficam com os quintais alagados e sempre que chove forte há alagamentos nas ruas. Pelo bairro também passa um riacho (Bacuri), que recebe parte do esgoto residencial gerado. Isso provoca, entre

outros problemas, mau cheiro e poluição visual. Na época seca (junho a setembro) seu volume de água é bem baixo, entretanto na época chuvosa seu nível aumenta, há transbordamento e as casas são invadidas pela água. Sua água não é consumida pela comunidade nem são realizadas atividades de lazer ou de pesca devido à poluição. Os moradores relataram que a presença frequente de cobras e jacarés. Isso constitui perigo principalmente para as crianças, pois estes animais podem facilmente atacar ou matar. Segundo os moradores é comum o despejo de animais mortos no riacho.

Verificamos que as condições sanitárias do bairro provocavam privações de liberdades que iam desde as mais básicas, como se locomover nas ruas, até ser feliz, o que para Sen (2000, 2010) também é um funcionamento. Os moradores conviviam com diversas privações de liberdade, como gozar de boa saúde, ter acesso à educação e desfrutar de atividades de lazer não porque não queriam, mas porque a estrutura de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais não lhes permitiam. Várias capacitações e funcionamentos eram afetados pelas condições sanitárias do bairro, como autoestima, liberdade das crianças brincarem fora de casa, educação, valorização imobiliária, conforto do lar e mobilidade. Durante uma entrevista, uma moradora falou: “*a minha vida aqui é muito triste*”. Ela falou isso porque sua casa não era bonita. Outros relatos podem ser visualizados na Figura 2 abaixo.

Figura 2: Resumo das falas dos entrevistados⁹



Fonte: Dados da pesquisa.

Muitos moradores relataram que suas casas eram feias, que eles não podiam sentar à porta da casa por causa do mau cheiro. A seguir, tem-se o relato de uma senhora de 70 anos moradora do bairro sobre as condições precárias as quais a população é submetida:

Engenheiro aqui não sabe de nada. Quem sabe somos nós que mora aqui. Só que esse povo eles querem ser assim uma coisona mais de que a gente que mora aqui. Eles era pra chegar na casa

⁹ Para garantir o anonimato dos entrevistados eles foram representados pela letra P seguida do número de ordem das entrevistas.

de cada um morador desse daqui e saber que altura dá água aqui, como é o nosso viver aqui dentro desse bairro, da onde é que a água vem, da onde é que começa alagar. Eles tinham que primeiro pesquisar, não é eles chegar aqui empurrar máquina, acabar tudo que tem e fazer buraco e bueira e nada prestar. [...] aqui ninguém conversa com ninguém.

Trata-se de uma é uma moradora antiga do bairro, que está lá há mais de 20 anos e queria ser ouvida. Ela se sente discriminada por não ser chamada para discutir o que é bom para ela e seus vizinhos, portanto expandir as liberdades das pessoas faz com que elas possam cuidar de si mesmas para influenciar o mundo (SEN, 2010). Sen também entende que as capacitações das pessoas podem ser aumentadas via política pública, entretanto na problemática enfrentadas pelos moradores acerca das obras de saneamento realizadas parcialmente pela prefeitura, percebe-se que a política pública agiu de forma contrária, restringindo ainda mais as liberdades de famílias que já tinham privações de liberdade devido à falta de rede de esgoto.

4 Conclusão

Como visto, o bem-estar tem sido constantemente estudado pelos economistas. Ao considerar a natureza multidimensional da vida humana, a ADH representa um avanço na forma de reconhecer o quanto um país é ou não desenvolvido, pois ela o faz não apenas pela métrica da produção. Na ADH, entende-se que analisar o nível de desenvolvimento de um grupo é, antes de tudo, considerar as várias dimensões da vida. Isso é um desafio, pois o desenvolvimento é um fenômeno complexo e o próprio IDH não consegue capturar todas, restringindo-se apenas a três: saúde, educação e renda.

No caso da Vila João Castelo, relatado neste texto, optou-se por analisar o desenvolvimento a partir da concepção da liberdade de Amartya Sen, entretanto, apenas uma dimensão foi escolhida, o saneamento. Analisar a problemática sanitária do bairro proporcionou um maior conhecimento da realidade local, sobretudo no entendimento de como a falta, ou a presença, de saneamento interfere nas liberdades das pessoas e como esta dimensão se relaciona com as demais. Isso proporciona novas possibilidades de intervenção no ambiente com vistas à promoção do bem-estar da sociedade.

Quando se analisa o saneamento a partir da perspectiva da liberdade, como feita nesta pesquisa, amplia-se a compreensão de seus efeitos na vida das pessoas para além das doenças causadas pela falta de drenagem, esgoto, água potável e coleta de lixo. A falta de saneamento priva as pessoas de ter saúde, educação, segurança, de exercer seus valores sociais e ter acesso aos materiais básicos para a vida. Ao longo da pesquisa, observamos que as condições sanitárias do bairro provocam privações de liberdades que vão desde as mais básicas, como se locomover nas ruas, até ser feliz.

As idas e vindas ao bairro nos remeteram aos países africanos e asiáticos que são grandes produtores de pedras

preciosas e petróleo, mas que não dão voz às mulheres e não permitem que seus moradores escolham seus políticos. Lembramos de países do oriente onde as mulheres são muito ricas, mas não podem votar, não podem sair em público sozinhas e não podem inclusive escolher com quem casar.

Ainda existe muito a discorrer sobre esse assunto, e um texto com essa mesma quantidade de páginas ainda não seria suficiente para explicar a perspectiva da liberdade do professor Amartya Sen nem a ADH, mas esperamos que essas poucas linhas tenham esclarecido que as pessoas são a real riqueza de uma nação.

Referências

- ALKIRE, S. *Human development: definitions, critiques, and related concepts*. Oxford: OPHI, 2010.
- ALKIRE, S.; DENEULIN, S. The human development and capability approach. In: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. (Org.) *An introduction to the human development and capability approach: freedom and agency*. London: IDRC, 2009.
- BAGOLIN, I.P. *Da renda às capacitações: analisando e avaliando o desenvolvimento humano*. 2005. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRUE, S.L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- COSTA, A.B. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. *Cad. IHU Ideias*, v.4, n.47, 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/047cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- CRUZ, C.; RIBEIRO, U. *Metodologia científica*. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.
- FONSECA, M.A.R. *Planejamento e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- FUKUDA-PARR, S. The human development paradigm: operationalizing sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, v.9, n.2/3, p.301-307, 2003.
- GENNARI, A.M.; OLIVEIRA, R. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MACANA, E.C. *Impactos potenciais da mudança climática no desenvolvimento humano: uma análise baseada na abordagem das capacitações*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- MANKIW, N.G. *Princípios de microeconomia*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- MARQUES, R.B. Índice de desenvolvimento humano (IDH) no Brasil: uma avaliação de sua capacidade de retratar a realidade social. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- MILONE, P.C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S. (Org.) *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, v.5, n.2, p.37-48, 2002.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do desenvolvimento humano 2010*. 2010. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_

HDR_2010.pdf. Acesso em: 15 jul. 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento humano e IDH*. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ROMEIRO, A.R.; REYDON, P.B.; LEONARDI, M.L.A. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp, 1999.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J.A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. The concept of development. In: HOLLIS, C.; SRINIVASAN, T.N. *Handbook of development economics*. New York: Elsevier Science, 1988, p.10-26.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

STREETEN, P.P. Human development: means and ends. In the *pakistan development review*. 34:4 Part I (Winter 1995) p.333-372.

UNDP – United Nations Development Programme. *Human Development Report 1990*. UNDP, 1990.